



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 10 - 2017/2021

Data da Sessão: 23 de Abril de 2019

Início da sessão: 17:00 horas

Términus da Sessão: 19:45 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Vera Lúcia Marques da Silva, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, Francisco Manuel Neto Dias Correia, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, José Maia Marques, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques e António Vicente Alves Reis

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 10 - 2017/2021

23 de Abril de 2019

-----INICIO-----

---- Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2018.**
- 3) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas.**
- 4) Designação de um representante da Assembleia Municipal de Mação na Comissão Consultiva da Revisão do P.D.M. de Mação.**
- 5) Designação de um representante da cada bancada da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Juventude.**
- 6) Discussão e votação de pedido de alteração caminho público.**
- 7) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**

Nesta sessão faltou o vogal Duarte Filipe Baptista de Matos Marques que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa

Faltou também o vogal António Vicente Alves Reis Marques que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituído pelo vogal José Maia Marques.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 9 – 2017/2021, referente à sessão ordinária de Fevereiro de 2019, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Continuou, informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que verificou que, na entrada sul a Mação, no troço entre as bombas de gasolina e a ponte, existem algumas zonas que acumulam uma certa quantidade de água e aquela é uma

intervenção recente que deve ser retificada. Mais refere que deve ser dada atenção a estas situações de drenagem, especialmente nas zonas urbanas. Continua solicitando informação sobre se a empreitada de requalificação da estrada de Vale da Mua / Carvoeiro já foi consignada. Mais refere que, em Carvoeiro, num arruamento já intervencionado há cerca de quatro anos, entre o Café do João e o Café da Zita, junto à ponte e a uma entrada para uma habitação, existe um abatimento que se enche de água e como é uma zona urbana, considera que deverá ser analisado e retificado.

Termina a sua intervenção referindo que viu uma brigada de limpeza de ervas no loteamento dos Atoleiros e solicita informação sobre o assunto bem como da possibilidade de se celebrar um protocolo entre a Câmara e os proprietários dos lotes de forma a permitir que aqueles lotes começassem a ser libertados e cedidos para construção ou que os lotes passem a urbanos, que ainda não são.

--- O vogal António José Almeida inicia a sua intervenção informando que, nos dias 3, 4 e 5 de abril de 2019, realizou-se no Agrupamento de Escolas uma atividade que se denomina globalmente “Escola Aberta” e que tem como objetivo abrir a Escola à Comunidade, um pouco mais do que nos outros dias, objetivo que foi plenamente realizado com um conjunto de iniciativas das quais realça a exposição “Ancorados na Memória”, uma exposição de fotografias dos alunos no período de 1976 a 1996, que teve a visita de largas centenas de pessoas e que, por esse motivo, estará excecionalmente aberta no sábado de Páscoa. Mais informou que para encerrar a “Escola Aberta” foi desenvolvida uma atividade no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, que consistiu numa apresentação de sete trabalhos científicos e académicos de alunos do Ensino Secundário e o Auditório estava praticamente cheio, o que o deixou muito satisfeito e orgulhoso dos alunos que apresentaram os seus trabalhos pois serão jovens que certamente terão sucesso na sua vida universitária.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção solicitando informação sobre a resolução de algumas questões que ainda estão pendentes relativamente aos arruamentos de Chão de Codes. Continua a sua intervenção solicitando informação sobre se já houve adjudicação da empreitada para asfaltamento dos arruamentos de Castelo. Relativamente à limpeza das vias municipais, nomeadamente na freguesia de Aboboreira, que não foram limpas no ano passado, e este ano já foram intervencionadas algumas, faltando as vias Aboboreira / Louriceira e Aboboreira / Chão de Codes, que ainda não tiveram qualquer intervenção e necessitam imenso pois têm valetas entupidas, ervas nas bermas e outros detritos como pinhas e restos de árvores.

Continua solicitando informação sobre se está prevista alguma intervenção para o caminho da fonte de Monte Penedo. Relativamente aos abrigos de passageiros do Bairro de Santo António, que foram retirados aquando da obra de requalificação do acesso sul a Mação, solicita informação sobre a situação dos mesmos pois é questionado pelas pessoas. Solicita informação sobre quais são os critérios de seleção relativamente ao programa Bebé + Mação e quais os apoios que são dados no âmbito do referido programa. Relativamente à limpeza dos arruamentos das aldeias da União de Freguesias refere que as ervas estão a ser cortadas mas não são removidas, e quando chove entopem as valetas e os aquedutos, não são retiradas as pedras nem são varridos os locais intervencionados e entende que a Câmara está a pagar um serviço que não está a ser realizado com a qualidade exigível. Em relação à fatura de água que o Município apresenta aos munícipes, que erradamente as pessoas consideram fatura da água mas que na realidade é uma fatura com um conjunto de tarifas e considera que a água não está cara mas algumas tarifas sim, nomeadamente a taxa de resíduos. Considera que a Câmara poderia substituir esta taxa e seguir o caminho da sensibilização das pessoas para a reciclagem pois o material entregue para reciclar dá dinheiro ao município e assim, se muito material fosse para reciclar poderia colmatar o que se paga pelo tratamento dos outros resíduos e a taxa poderia ser menor ou mesmo inexistente.

Requer à Mesa para solicitação à Câmara Municipal uma estrutura de custos que levou à definição das tarifas de resíduos urbanos.

Termina a sua intervenção entregando um pedido de informação sobre equipamentos danificados pelos incêndios de 2017, que vem na continuação daquilo que o Sr. Vereador Nuno Barreta já fez na reunião de Câmara, há cerca de dois meses, e sobre a qual ainda não recebeu resposta.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Relativamente à intervenção do vogal António Cardoso Lopes relativamente à entrada sul de Mação, refere que a mesma tem toda a pertinência, informou que a Câmara tem conhecimento dos problemas de drenagem daquela via, já deu conhecimento dessa situação ao empreiteiro há algum tempo e como estamos no prazo de garantia da obra, existem algumas questões que têm de ser revistas e essa é uma delas. Em relação à estrada Vale da Mua / Carvoeiro, informou que já foi feita a consignação, o empreiteiro solicitou mais 30 dias para iniciar a obra e a Câmara concedeu e espera poder fazer essa obra durante os meses de maio e junho.

Relativamente à supressão, no arruamento junto à ponte, em Carvoeiro, informa que não tinha conhecimento desta situação mas vai tomar a devida nota para os serviços resolverem o problema. E em relação à intervenção nos arruamentos de Carvoeiro, informou que quando se terminar o arruamento que está em execução, os trabalhos vão parar durante o verão pois a rua a intervencionar é a rua que dá acesso à Praia Fluvial e podia criar-se ali algum tipo de constrangimentos e assim os trabalhos recomeçarão em setembro. Relativamente aos Atoleiros, refere que é uma situação que se prolonga há demasiado tempo e em relação à questão da limpeza a Câmara entendeu que aquele é um espaço público onde as pessoas circulam e que deve ter dignidade pelo que se responsabiliza pela limpeza do mesmo. Relativamente à possibilidade dos terrenos serem libertados considera que não será fácil isso acontecer porque muitos daqueles terrenos até estão fora do perímetro urbano e, por isso há ali dificuldades impossíveis de ultrapassar para se poder fazer licenciamentos nalgum daqueles lotes, no entanto é um assunto que poderá vir a ser estudado.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida deixa os seus parabéns à atividade “Ancorados na Memória”, onde muitos se puderam ver quando eram mais novos e também às atividades apresentadas no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira.

No que diz respeito à intervenção do vogal José Fernando Martins e relativamente aos arruamentos de Chão de Codes, das situações pendentes, refere que já várias vezes conversaram sobre o assunto, já se deslocaram ao local, ainda não houve oportunidade de as resolver pois a Câmara e a empresa não estão ainda de acordo sobre o que foi feito e o que foi contratualizado pelo que é possível que tenha de ser a Câmara a resolver algumas daquelas questões. Em relação aos arruamentos do Castelo está adjudicada a empreitada pelo que esperamos o início da obra a muito breve prazo. Sobre a limpeza da estrada de Aboboreira, informou que a Câmara irá tentar resolver e cumprir com aquilo que são as nossas obrigações e espera que o vogal José Fernando Martins não volte a dizer e a escrever que a Câmara não limpa a rua porque não gosta do Sr. Presidente da Junta ou de quem lá vive, como tem feito.

Em relação à fonte de Monte Penedo informou que a Câmara tem intenção de fazer aquele arruamento, com pedra da região para dar algum aspeto rústico ao local. No que diz respeito aos abrigos de passageiros, os mesmos são uma competência da Junta de Freguesia e por isso a União de Freguesias anda a fazer, e bem, abrigos de passageiros, por sinal bem bonitos, nalgumas localidades e os que foram retirados da

entrada sul a Mação na altura da empreitada não havia nenhuma intenção especial de os voltar a colocar ou não pois para a Câmara esta é uma questão que deveria ser conversada com a Junta de Freguesia e por isso poder-se-á conversar e encontrar uma resolução para esse assunto. Relativamente ao Bebé + Mação informa que a Câmara oferece aos bebés nascidos e registados no concelho de Mação, em cada ano, uma prenda no valor de 250,00€, entre produtos e cheques brinde para compras de produtos de bebé, no comércio local. Quanto a quem tem direito a esta prenda, informa que cada vez mais a Câmara tem tido dificuldade em relação a esta matéria e o critério que tem sido adotado é considerar os bebés registados no Centro de Saúde de Mação, situação que está a ser complicada por causa da proteção de dados, que tem trazido alguns problemas nesta matéria mas, em qualquer caso, a Câmara tenta conferir através do recenseamento leitoral dos pais e se houve alguma situação que tenha surgido relativamente a alguém que se possa eventualmente ter sentido injustiçado, a situação poderá ainda ser verificada e se houve algum erro dos serviços, o mesmo poderá ser corrigido. Em relação à limpeza dos arruamentos da União de Freguesias, refere que fica uma vez mais a manifestação do desagrado do vogal José Fernando Martins, que regista e informa que a Câmara está a tentar fazer um bom trabalho e irá estar atenta às questões apresentadas e estar mais perto e mais atenta à empresa que está a fazer este serviço para a Câmara. Relativamente à fatura da água, refere que compreende a observação feita, mas, com sinceridade não lhe parece exequível pois os ecopontos que existem no concelho não são da Câmara mas sim da Valnor, que tem dificuldade em dotar o concelho de ecopontos que pudessem levar a referida reciclagem e não tem a certeza que fosse possível colmatar os custos de uma coisa com a outra, para além de que esta tarifa é também uma determinação legal da ERSAR. Refere que não deixa de ser uma boa proposta mas tem muitas dúvidas sobre a sua aplicabilidade na prática.

Termina referindo que em relação aos equipamentos danificados pelos incêndios de 2017, já foram solicitados mais do que uma vez pelo Sr. Vereador Nuno Barreta e já foi respondido duas vezes pela Câmara e entregue a resposta ao Sr. Vereador, que solicitou mais informação sobre o assunto mas não pode o vogal José Fernando Martins dizer que o Sr. Vereador está há dois meses à espera de resposta que ainda não tem. Pode não ter a resposta que no entender dele seria a pretendida mas teve já duas respostas sobre este assunto.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto

1) da Ordem de Trabalhos: 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2018.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, conforme é mencionado nos documentos que foram apresentados, a Câmara apresenta este Relatório com tranquilidade e sentimento do dever cumprido, apesar de. Conforme também é referido, o executivo não está totalmente satisfeito com aquilo que foi feito e considera que as coisas poderiam ter corrido um pouco melhor. Mais refere que é assumido no documento e aqui que o executivo era mais ambicioso do que o resultado final mas há fatores que não é possível controlar e assim não foram realizadas algumas coisas que eram pretensão do executivo o que levou a que o grau de execução do PPI não fosse aquele que o executivo desejaria, mas considera que, no essencial foi cumprido aquilo com que se tinham comprometido. Refere que foi realizado um conjunto de intervenções, um pouco por todo o concelho, de acordo com aquelas que foram as decisões e prioridades do executivo e que, apesar de não ter sido possível fazer algumas obras emblemáticas, seguramente que as intervenções realizadas tiveram impacto junto dos munícipes. Continua informando que as intervenções realizadas o foram num contexto com alguma dificuldade que não pode nem deve ser escamoteada e que tem a ver com o facto de estarmos em processos com alguma complexidade no que diz respeito às candidaturas que tivemos de submeter ao PT2020, ao FEM, respetivas empreitadas e projetos a decorrer. Estas questões passam muitas vezes um pouco ao lado das pessoas, que não têm obrigação de saber aquilo que é o dia a dia numa Câmara Municipal mas também estas questões contribuíram para que as coisas não tivessem corrido exatamente como era pretendido pelo executivo.

Continua referindo que este é um documento transparente no qual, de forma muito clara e objetiva é prestada toda a informação que os membros dos órgãos merecem e têm direito

a receber e o executivo está disponível para prestar mais esclarecimentos que julguem necessários.

Relativamente ao conjunto de prioridades definidas pelo executivo para este mandato, que todos conhecem, considera que há, conforme é explícito no Relatório, algumas questões que merecem maior destaque:

No que concerne à Inovação e Ação Social, refere a concretização do apoio às famílias mais carenciadas no que diz respeito aos medicamentos, os apoios efetivos que foram concedidos e que espera possam continuar a ser dados aos projetos RELIS e CLDS. Refere ainda que as IPSS's do nosso Concelho, de uma forma generalizada, tiveram na Câmara um parceiro para a resolução dos seus problemas e considera que, em termos sociais a postura da Câmara Municipal de Mação tem sido apreciada pela forma como tem tentado resolver os problemas das pessoas dentro daquilo que nos é possível.

Em relação à Educação e Cultura, refere que vêm elencados no Relatório os vários apoios que a Câmara dá ao Agrupamento de Escolas e à Comunidade Escolar em geral. Em relação a este assunto da Educação, informa que a Câmara gastou, em 2018, muito perto de 300.000,00€ (trezentos mil euros) com os transportes escolares, o que é um valor com enorme significado, a que acresce o valor das refeições escolares que a Câmara oferece às crianças do ensino pré-escolar e do ensino básico. Deixa uma referência à Universidade Sénior, que tem quase cem alunos, com o enorme apoio dos professores que, de uma forma voluntariosa prestam o seu conhecimento a este conjunto de pessoas e que temos muito gosto que assim aconteça. Realça o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Museu, em Mação e a projeção que é dada ao nosso concelho. Refere ainda que é com satisfação que informa sobre o início da construção do Núcleo Museológico, em Ortiga, que se espera que esteja concluído a muito breve prazo. Realça ainda o esforço que tem sido feito pela Câmara e que terá de ser intensificado, no sentido de descentralizar a cultura um bocadinho por todo o Concelho.

Relativamente ao Empreendedorismo refere que a Câmara tem tentado fazer um acompanhamento o mais próximo possível das empresas do nosso concelho, apoiar diretamente as empresas, apoiar na elaboração de candidaturas e incentivos. Relativamente ao Centro de Negócios informa que a Câmara está a tentar fazer a maior dinamização possível dentro daquilo que é possível pois ainda está submetida uma candidatura para recebermos uma verba do investimento ali realizado.

No que diz respeito à Floresta e ao Sistema Agro Florestal refere que temos esta boa tradição de fazer esta aposta, bem sabendo as limitações e competências da Câmara

nesta área e a dificuldade que é a possibilidade de ter uma intervenção mais efetiva nesta matéria mas não deixando de cumprir com aquilo que tem sido sempre a nossa obrigação de estar ao lado dos produtores, de incentivar e procurar respostas para esta área tão importante no nosso concelho e para os nossos munícipes. Informou ainda que o projeto da agricultura biológica começou a dar os primeiros passos no ano passado e este ano será uma realidade.

Relativamente à Valorização dos nossos Recursos refere que a Câmara não conseguiu concretizar tudo aquilo que era o seu objetivo nesta área, com alguns projetos que não foi efetivamente capaz de concretizar, considerando no entanto que aquilo que a Câmara apoiou outros a concretizar, foi um contributo importante para a concretização dos mesmos. Mais refere que, nesta área, considera estarem incluídas as associações do nosso concelho e o trabalho que por elas é desenvolvido e com as quais a Câmara é um parceiro ativo nas respostas aos apoios solicitados pelas mesmas, sendo que, em 2018, cerca de meio milhão de euros foi disponibilizado às nossas associações e esta é uma realidade que não pode ser escamoteada. Refere ainda que é ainda de realçar a afluência verificada nas nossas praias fluviais e no Parque de Campismo de Ortiga, pelo que se verifica que estes nossos recursos foram devidamente aproveitados, considerando que o Concelho saiu dignificado com essa realidade.

Em termos de Recuperação e Reabilitação de Infraestruturas e Património refere que, conforme referiu, foi realizado um conjunto de obras por todo o concelho, algumas delas elencadas no Relatório, considerando que, de uma forma geral, foram obras com pertinência, foram obras importantes e com reconhecimento da sua utilidade por parte das pessoas a quem as mesmas se destinaram.

Em relação aos Serviços refere que foi instalado, já no final de 2018, o Espaço do Cidadão, no Palácio da Justiça, foi feita hasta pública para algumas viaturas da Câmara que já não estavam em condições de circulação para os nossos serviços e foi adquirida uma viatura para transporte de crianças até aos 16 anos, de forma a cumprir a legislação atual do transporte de crianças.

Relativamente ao Orçamento e às Contas refere que a execução orçamental global da receita foi de quase 86% e da despesa foi de quase 71%. Mais refere que as contas finais traduzem-se num saldo positivo entre aquilo que recebemos e aquilo que gastamos, cerca de dois milhões de euros, sendo certo que muito daquilo que estava previsto e que transitou para o saldo de gerência tem a ver com a consignação a algumas obras em concreto, nomeadamente as obras relativas ao protocolo da APA e da candidatura do

FEM. Refere ainda que, em termos daquilo que foi a receita da Câmara, com esta exceção que referiu, a receita corrente foi muito em linha daquilo que tem sido habitual e portanto, não fizemos também aqui aquilo que poderíamos ter feito e que tínhamos aprovação para esse efeito, de poder alavancar um pouco a receita, se tivéssemos utilizado o empréstimo de curto prazo que tinha sido aprovado para este efeito. Relativamente às despesas refere que, em relação à despesa corrente, houve um aumento de mais de 500.000,00€ em relação ao ano anterior e este facto tem muito a ver com as despesas com pessoal, que tiveram um aumento com algum significado, fruto da integração no quadro dos precários e também daquilo que foram os ajustamentos salariais e ainda aquilo que disponibilizamos em apoios, nomeadamente a associações do nosso concelho. Mais refere que, relativamente às despesas de capital, verificou-se um aumento das transferências de capital e uma diminuição nas aquisições de bens de capital que considera não ter significado um menor investimento naquilo que tem a ver com o que é essencial para o concelho. Refere ainda que foram respeitadas todas as regras orçamentais e a margem de endividamento aumentou em mais de 600.000,00€ e isto tem um significado importante pois representou uma diminuição da dívida global da Câmara em mais de 500.000,00€. Chama a atenção para a disponibilidade financeira da Câmara que, de uma forma geral, houve uma diminuição das nossas obrigações, quer nas dívidas a curto prazo, quer nas de médio e longo prazo, o que este executivo considera ser um resultado positivo relativamente ao que é a situação financeira da Câmara e que também se traduz numa maior capacidade de endividamento. Refere que os resultados operacionais mantiveram-se negativos e infelizmente assim acontece fruto daquilo que tem sido a questão da amortização das obras em curso. Os resultados financeiros foram positivos, os resultados extraordinários foram negativos mas, conforme é referido no relatório do ROC, se a Câmara fosse uma empresa, poderíamos ter um resultado positivo num valor de mais de um milhão de euros.

Termina a sua intervenção referindo que o executivo está muito tranquilo com os resultados que foram apresentados e, com total sinceridade também reconhece que nem tudo correu da forma que o executivo esperava e hoje, olhando para trás, considera que poderia ter sido feita outra opção de maneira diferente mas considera que o contributo para o concelho foi positivo e que assim deve ser reconhecido por esta Assembleia Municipal, como já foi pela Câmara Municipal.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao Relatório de Atividades apresentado e no que diz respeito à Floresta e ao Sistema Agro - Florestal,

considera positiva a questão da Agricultura Biológica mas considera que é curto e que a abordagem que é feita no documento sobre esta área é muito pouco claro sobre o que é que está pensado e o que é que está programado no sentido de, com os proprietários ou com as ZIF, levar por diante a reflorestação capaz para aquilo que se pretende, que é efetivamente combater os incêndios florestais, colocando-lhe obstáculos no terreno que possam facilitar a ação dos bombeiros e outros intervenientes no combate, por um lado e, por outro lado não deixar o território (como está a acontecer) entregue às estevas, porque onde não há eucaliptos existem estevas. Mais refere que a abordagem sobre este assunto, no documento, é muito vaga, há ideias, passos que têm de ser dados, mas quem, no terreno, procura fazer investimentos na floresta necessita de indicações mais rigorosas e mais explícitas.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara a forma franca e honesta com que apresentou os documentos, assumindo sem problemas de maior em assumir algumas fragilidades que o executivo se deparou durante o ano de 2018. Continua referindo que, em relação ao documento apresentado, em primeiro lugar, as taxas de execução, sem serem brilhantes, apresentam resultados muito interessantes porque aparecem claramente espelhadas as “bandeiras” que têm acompanhado este executivo. Mais refere que este executivo se tem intitulado como uma Câmara social e daí ter apresentado a Ação Social como uma das suas principais “bandeiras”, que se verifica nos documentos ser uma área que aparece aqui solidamente referida e na qual o executivo aposta de uma forma clara. Continua referindo que, se olharmos para a Educação e Cultura, podemos verificar que é uma aposta estratégica que vai muito além daquilo que são as responsabilidades da Câmara nesta área, sendo um aliado muito importante nos bons resultados que a Educação tem granjeado no nosso concelho. Refere ainda que é notória a preocupação da Câmara com o bem estar das pessoas e com o empreendedorismo. Mais refere que, onde aparece a nota menos positiva e onde os resultados são menos bons é no Plano Plurianual de Investimentos e considera que algumas condicionantes nos serviços, nomeadamente com a elaboração de candidaturas, pode ter sido um dos fatores que pode ter tido influência, bem como fatores que não dependem da Câmara. Termina referindo que, de uma forma global e pela clareza e honestidade que estes documentos apresentam, os mesmos devem ser aprovados.

---O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que, como o Sr. Presidente disse, e bem, muita coisa foi feita durante o ano de 2018 e seria mau se assim

não fosse, mas também é verdade que muitas outras ficaram por fazer e que não foi por falta de verba. Considera que ficaram por fazer algumas coisas, num concelho ainda necessitado e em que as pessoas cada vez esperam mais de nós. Relativamente às florestas e aos caminhos florestais refere que, uma vez que havia verbas da APA e do FEM, poderia ter sido feito mais porque a seguir a um período crítico como foi o dos incêndios de 2017, as pessoas estão mais sensíveis e permitem que sejam intervencionadas as suas propriedades, sem porem problemas, mas passados três ou quatro anos começam a ver as árvores a voltarem, esquecem um pouco aquilo por que passaram e voltamos ao mesmo, sendo depois muito difícil intervencionar as propriedades. Considera que a Câmara não soube aproveitar esta janela de oportunidade para tentar resolver algumas situações, nomeadamente com as circulares de proteção a algumas aldeias que já estiveram programadas mas que agora, parece terem saído da agenda da Câmara mas que são muito necessárias pois não estamos livres de voltar a passar o que passámos em 2017.

Termina referindo que a bancada dos eleitos do Partido Socialista apresentará declaração de voto relativamente ao seu sentido de voto nesta matéria.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que este documento, em relação a anos anteriores, tem mais informação, é mais claro e é fácil a sua leitura.

Continua referindo que, relativamente ao Relatório de Gestão, se verifica que há uma fraca execução do Plano Plurianual de Investimentos. Refere que, relativamente às Grandes Opções do Plano se verifica um desfasamento entre a previsão e a execução. Em relação à receita refere que se verifica uma redução da receita do IMI e questiona se isto se deve a bonificações previstas no código do CIMI. Relativamente ao aumento da despesa com pessoal refere que, pelas suas contas o mesmo não se deve somente à regularização dos precários, pelo que solicita informação sobre esta matéria. Continua a sua intervenção questionando se o valor das dívidas de médio e longo prazo estarão ainda relacionadas com as obras do Centro de Negócios e Requalificação da Entrada Sul de Mação. Relativamente às correções da despesa, questiona ainda a Câmara sobre o facto do valor corrigido de despesas com pessoal ser sempre baixo do que o valor previsto, o que considera ser um pouco contraditório.

Termina a sua intervenção referindo as transferências correntes e as transferências de capital e sobre estas questiona a Câmara sobre se as mesmas são simplesmente transferências de verbas ou se correspondem a trabalhos executados.

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção agradecendo os comentários feitos pelos membros da Assembleia. Relativamente ao mencionado pelo vogal João Filipe refere que concorda inteiramente com o mesmo e concorda que é realmente pouco mas faz notar que esta alusão é de certa forma simbólica e tem como objetivo vincar que, em termos políticos, esta Câmara e esta Assembleia e os partidos que as constituem entendem unanimemente que isto é estratégico para o nosso concelho. Mais refere que exatamente por o executivo ter considerado que foi pouco é que é referido que de uma vez por todas a Câmara formalize de forma mais clara, num documento consubstanciado, aquilo que efetivamente pretendemos, o tal caminho referido pelo vogal João Filipe.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida, refere que efetivamente a Ação Social, a Educação e a Cultural são áreas em que este executivo tem tido sempre uma intervenção importante, fazendo parcerias e tentando dinamizar e estar presentes, com a consciência do concelho em que estamos e aquilo que é a nossa realidade sócio económica e das dificuldades das famílias.

Relativamente à baixa execução do PPI e da execução global refere que um orçamento onde constava uma verba de 2.315.000,00€ da obra do quartel dos bombeiros, do PDR 2020 e do FEM e que nada disto foi concretizado, não poderia ter, seguramente, uma taxa de execução do PPI muito grande, como é obvio. Mais refere que, com facilidade se justificava, como aliás já se fez no passado, e como muitas Câmaras fazem, fazíamos uma alteração e retirávamos esta verba do orçamento, até porque a verba do FEM entrou no dia 30 de dezembro e assim aumentava a taxa de execução do PPI, mas não foi essa a estratégia do executivo.

Em relação ao referido pelo vogal José Fernando Martins, refere que, efetivamente muita coisa se fez e muita ficou por fazer e foi assim aqui e será com certeza assim em qualquer Câmara, em qualquer Governo e em qualquer Junta de Freguesia, ficamos sempre com a sensação de que poderíamos ter feito mais ou até de maneira diferente e ainda bem que somos seres humanos que queremos sempre fazer mais e portanto o executivo fez o que fez e que está plasmado no documento, praticamente sem financiamento além dos fundos que a Câmara vai tendo. No que diz respeito aos caminhos florestais e às circulares de proteção às aldeias, refere que pode partilhar da opinião do vogal José Fernando Martins numa ou outra situação e considera que o tempo ainda não está ultrapassado.

Relativamente à intervenção do vogal António Cardoso Lopes e à questão da receita do IMI, refere que a mesma em 2017 e em 2018 foi praticamente a mesma, tendo-se verificado uma redução substancial relativamente a 2016, sendo que a diferença que se

verifica em relação ao ano passado é que foi colocada no documento a receita líquida e não a receita bruta como anteriormente. Em relação à dívida das obras do Aceso Sul a Mação e do Centro de Negócios informou que estas obras estão pagas na sua totalidade com exceção de duas faturas relativas à obra do Centro de Negócios, que não podem ser pagas. No que diz respeito à correção das despesas com pessoal e da mesma ser sempre feita em baixa, refere que é efetivamente assim pois esta rubrica é sempre dotada em orçamento de uma verba que assegure que não haverá problemas durante o ano, o que faz com que a referida verba seja sempre um pouco acima do que se gasta para além de outras situações que surgiram, nomeadamente funcionários que foram para a mobilidade e outros que ficaram de baixa médica, que são situações que não se podem controlar e que levam à situação referida. Relativamente às transferências de capital são efetivamente transferências de verbas para as entidades, destinadas a obras efetuadas pelas mesmas.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dez votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

A bancada dos eleitos do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Mação, depois de apreciados os Mapas de Prestação de Contas e respetivos relatórios relativos ao ano de 2018 e, tendo em consideração tudo o que foi dito e escrito e, muito principalmente as considerações do ROC, Dr. Sérgio M.S. Gomes, cujo parecer, em apreço, nos mereceu a maior atenção e sobre o qual também gostaríamos que viesse a ser considerado nas sugestões de correção das anomalias detetadas, no decurso dos procedimentos levados a efeito ao longo do exercício.

Sem por em causa o conteúdo total do documento de Prestação de Contas, o Dr. Sérgio M.S. Gomes lança no mesmo algumas observações sobre a necessidade de correções de lançamento de verbas que, erradamente foram lançadas em dadas rubricas, quando deveriam ter sido noutras, alterando assim, naturalmente, o resultado final do exercício em alguns parâmetros.

O facto do próprio executivo reconhecer que se poderia ter ido mais além em algumas áreas. Quanto a nós isso deveria e poderia ter acontecido nas Grandes Opções do Plano, em geral e em particular no que respeita à área da Floresta.

A discrepância entre executado (70,7%) nas despesas e o cobrado nas receitas (85,9%) traduzido em cerca de 15% faz transitar para o ano de 2019 uma avultada soma de mais de dois milhões de euros. Embora reconhecendo que algumas destas verbas já se encontram consignadas, é incompreensível que os munícipes não vejam grande parte dos seus problemas resolvidos e em oposição a isto, temos os Representantes do Município a fazer um excelente “pé de meia” para executar em anos seguintes.

Em resultado disto, os eleitos pelo Partido Socialista votam contra a de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2018.”

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas.**

O Sr. Presidente da Mesa, com a anuência unânime dos presentes, considerou que este ponto da Ordem de Trabalhos tinha sido incorporado no ponto anterior e, por isso, continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Designação de um representante da Assembleia Municipal de Mação na Comissão Consultiva da Revisão do P.D.M. de Mação.**

Foi entregue à Mesa uma proposta, da bancada do PSD que o Sr Presidente, denominou:

- lista A, apresentada pelo Partido Socialista e que propõe para representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do P.D. M. de Mação, Carla Isabel da Silva Loureiro.

- lista B, apresentada pelo Partido Social Democrata e que propõe para representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do P.D. M. de Mação, José Manuel Saldanha Rocha.

Foi a proposta colocada à votação por escrutínio secreto, tendo entrado 21 votos, tendo sido 11 votos expressos na Lista B e 10 votos expressos na Lista A.

Assim foi eleito representante para representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do P.D. M. de Mação, José Manuel Saldanha Rocha.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Designação de um representante da cada bancada da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Juventude.**

---O vogal José António Almeida informou que o representante da bancada dos eleitos do Partido Social Democrata desta Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude é o vogal Francisco Correia.

---O vogal João Filipe informou que o representante da bancada dos eleitos do Partido Socialista desta Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude é o vogal Daniel Jana.

O Sr. Presidente da Mesa informou que os representantes desta Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude são os vogais Francisco Correia, eleito pelo PSD e Daniel Jana, eleito pelo PS.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de pedido de alteração caminho público.**

O Sr. Presidente informou que foi solicitada informação aos serviços técnicos sobre esta solicitação de alteração de caminho público, que foi enviada aos membros da Assembleia e que fica anexa aos documentos da presente reunião. Mais informou que não houve da parte dos serviços nem da Câmara Municipal qualquer objeção a esta solicitação e deixa à consideração da Assembleia Municipal a decisão para este pedido para que se possa, ou não, proceder ao ajuste solicitado, facilitando assim a vida deste município na acessibilidade ao seu terreno.

---O vogal João Filipe informa que a bancada dos eleitos do Partido Socialista nada têm a opor a que seja deferido o pedido de alteração de caminho público apresentada mas recomenda que seja tida em atenção a autorização dos proprietários confinantes, utilizadores do referido caminho

-- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**

O Sr. Presidente informou que a Câmara recebeu a solicitação de cedência de 8 a 10 m³ de areia do rio, 4 a 6 m³ de brita, 4 a 6 paletes de blocos de 20 cm, em cimento e 3 mastros para bandeiras. Mais informou que a Câmara deliberou por unanimidade ceder o solicitado e deixa o mesmo à consideração da Assembleia Municipal.

--- A vogal Carla Loureiro questiona sobre a obrigatoriedade destes pedidos das Juntas de Freguesia virem à Assembleia Municipal e por ela serem decididos, uma vez que não envolve apoio financeiro e que se corre o risco de, quando a Assembleia decide, já não

ser preciso o solicitado, uma vez que a mesma só reúne ordinariamente cinco vezes por ano.

O Sr. Presidente informou que a obrigatoriedade dos pedidos das Juntas de Freguesia virem à Assembleia Municipal e ser competência da mesma a respetiva decisão está inscrita na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

-- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----